

Preocupação do MEC é ampliação do estatuto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A má qualidade do ensino básico no País, o grande número de crianças de 7 a 14 anos fora das escolas (oito milhões) e a distribuição do salário-educação aos Estados e municípios são assuntos que merecem estudos mais prolongados, e por isso serão tratados com maior ênfase pelos constituintes. Mas um fato preocupa a Secretaria de Ensino Básico do MEC: é a criação do estatuto do Magistério nos municípios. Hoje, apenas 30% (1.252) dos mais de quatro mil municípios brasileiros aprovaram o seu estatuto.

Há mais de um ano o presidente Sarney assinou um decreto determinando que a partir de 1º de janeiro de 87 só seriam beneficiados com os recursos do salário-educação, os municípios que aprovassem o estatuto do Magistério municipal. Segundo o secretário de Ensino Básico do Ministério da Educação, Júlio Fernando Pessoa Correia, a maior dificuldade que os prefeitos municipais alegam para a elaboração e aprovação do estatuto é a falta de recursos para pagar salário mínimo a todos os professores da rede.

A condição de só aprovar o estatuto com a garantia de que o professor receberá pelo menos o salário mínimo assusta os municípios, afirma Júlio Correia, uma vez que 41% dos 350 mil professores municipais recebem menos que isso. Uma outra dificuldade, segundo o secretário, é que a criação do estatuto pressupõe que a classe esteja habilitada, o que não acontece, pois, de acordo com o MEC, o Brasil tinha em 1986 160 mil professores leigos.

O que fazer com este grande número de profissionais não habilitados é um problema e a esperança do MEC é que com a criação do estatuto — que valorizará a profissão — muitos dos professores que estão trabalhando em outros setores resolvam praticar sua especialização.

SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Esta verba, cuja liberação está condicionada à elaboração do estatuto, correspondente a 25% de 1/3 do salário-educação (2,5% da folha de



pagamentos dos Estados e municípios) que fica no MEC, para corrigir as desigualdades regionais no ensino básico. Em 86, esta distribuição aos municípios mais carentes ultrapassou os 25%, chegando a 40%, o que significa um reforço de Cr\$ 1,6 bilhão. Os outros 2/3 do salário-educação recolhidos são devolvidos aos próprios Estados e municípios. Mas esta distribuição do salário-educação gera algumas polêmicas no setor e para reestudar a política o ministro Jorge Bornhausen criou esta semana uma comissão com membros do MEC e da Associação Brasileira dos Municípios.

Outra questão que também gera polêmica é a regulamentação da emenda Calmon, que determina que devem ser destinados à Educação 15% do orçamento da União e 25% da receita tributária dos Estados e municípios. Um grande lobby para derubar a emenda Calmon já está em prática junto aos novos constituintes e alguns municípios de São Paulo já entraram com recursos no Supremo Tribunal Federal, arguindo sobre a inconstitucionalidade desta lei.

Segundo o secretário Júlio Correia, o ensino básico nos municípios paulistas é de responsabilidade do Estado e por isso os seus prefeitos argumentam que não há necessidade de destinar 25% dos seus tributos à Educação. E apesar de manter-se numa posição privilegiada, onde o próprio Estado sustenta o ensino municipal, existem no Estado de São Paulo, segundo dados do MEC, 601 mil crianças de 7 a 14 anos fora das escolas. Para o ministro Jorge Bornhausen, a municipalização do ensino seria a melhor forma de sanar problemas como este, que depende principalmente do trabalho dos prefeitos municipais.